Editorial

Democracia e desperdício em tempos de crise

Uma das principais formas do Poder Executivo mostrar sua ompetência" é apresentando obras para a população. No entanto, ão é só de obras construídas com o único objetivo de chamar a enção da sociedade, mostrar que está se fazendo alguma coisa, e deve viver uma prefeitura, um governo. A principal obra que everia ser realizada é a da saúde - em todos os sentidos - desde o nenamento das contas públicas, evitando entregar as obras públi- s para empresas "amigas", usando quase sempre de cartas- convi- . Saúde também no sentido de cuidar do sancamento básico da opulação. Água e esgoto para todos, evitando assim o risco de oenças facilmente propagáveis no meio dos restos de consumo da ociedade. Isso foi relatado na penúltima sessão da Câmara Munici- al, onde dois vereadores discordaram sobre os males que a cal ode fazer a saúde dos cidadãos. Um dizia que estava prejudicando ma determinada comunidade, causando problemas respiratórios. outro, que por sinal era empregado de uma dessas indústrias que xploram a cal e o calcário, afirmava que isto era um problema cau- ado pela falta de saneamento básico. Brigas a parte, na realidade s dois vereadores tinham e não razão sobre esta questão. Certa- ente o problema daquela comunidade citada não era só derivada a cal, mas sim da junção da falta de saneamento com a intoxicação ela cal extraída da região. O mais curioso é que os dois vereadores em influência junto a prefeitura e muito bem poderiam ter cobra- o do prefeito medidas urgentes. Esta seria, portanto, uma obra ne- essária. E esse é um dos papéis do Poder Legislativo, olhar para a idade com um olhar clínico de quem vê os problemas e tenta resol- -los. Em vêz de se fazer isso os poderes executivos - aqueles que everiam executar melhorias - preferem bajular este ou aquele, em letrimento do interesse da comunidade de uma cidade inteira. Este ipo de administração iniciou na época em que o Brasil vivia na es- uridão, no regime do autoritarismo. Para mostrar à população bra- ileira que o golpe militar era uma iniciativa positiva, começou-se a onstruir a Transamazônica, a usina hidrelétrica de Tucuruí. Na poca, os militares queriam fazer do Brasil um País grande, onde nostrava- se a potencialidade da nossa Nação. Ao mesmo tempo riou-se o Estado de Direito, nas cadeias, nos sequestros políticos. Muita gente foi torturada, morta, exilada. A iniciativa do governa- lor Roberto Requião de abrir os arquivos da Dops - Delegacia da Ordem Política e Social -, foi pela importância histórica, aplaudida pela sociedade brasileira. Seria bom se a classe política de uma ma- neira geral entendesse esta necessidade e resolvesse fazer as coisas endo como objetivo o bem da comunidade e não apenas com a fi- nalidade de alimentar vaidades.

Bloco quer novos benefícios aos municípios

Cinco projetos de lei mereceram a atenção dos deputados que formam o Bloco Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa do Estado, nas discussões e debates promovidos durante o encontro realizado neste último dia 18 de setembro, além de uma manifestação sobre projeto que tramita no Congresso.

Dos projetos de competência estadual, o Bloco adotou posicionamento a respeito de duas proposições que já tramitam na Assembléia. A primeira delas autoriza o Governo do Estado a proceder à doação dos maquinários cedidos às prefeituras pelo Programa Pró-Rural. Este benefício foi concedido aos municípios menores e mais carentes, que foram contemplados com maquinário usado do DER.São máquinas pesadas que já não tinham mais serventia por terem sido substituídas por novas, segundo o então diretor do DER, deputado Heins Herwing. O prefeito João Santana Pinto, presidente da Associação dos Municípios da Região Sul, destaca a importância que este maquinário representa. Usando uma expressão popular, ele exemplifica: "- para o pobre, um osso jogado ao lixo equivale a uma ceia."

A segunda proposição apoiada pelos parlamentares municipalistas promove um aumento de receita para os municípios mediante repasse de parte dos valores cobrados nas multas de trânsito, pretendendo assim, viabilizar recursos para melhorias na estrutura viária urbana.

Outros 3 projetos de leis, de autoria do Bloco Parlamentar Municipalista, versam sobre benefícios e também viabilizam a criação de novos municípios. Há proposições de isenção das custas no registro de matrículas imobiliárias e a redução de 20% no pagamento das publicações que os municípios fizerem no Diário Oficial do Estado. Ambos os benefícios já existiam mas foram suprimidos pela Constituição Estadual e as Leis Orgânicas dos municípios, e os municipalistas pretendem resgatá-los. Segundo o coordenador do Bloco, deputado Albino Corazza Neto, estes incentivos, apesar de não representarem valores muito significativos, equivalem a uma redução nas despesas municipais cujas administrações já estão sobrecarregadas com todas as formas de tributos e encargos.

O terceiro projeto refere-se à eleição municipal marcada para o próximo ano. Pela Lei Complementar n.º 56, do Estado, o prazo final para criação de municípios, aptos a eleger seus mandatários no próximo pleito, esgota dia 31 de dezembro, enquanto a Lei Federal que regulamenta a eleição dilata este prazo até o dia 1º de maio de 1992. O Bloco propõe que o prazo constante da Lei Estadual seja estendido e adequado à Lei Federal, como forma de permitir que tramitem normalmente os processos de emancipações que se encontram na Assembléia. Corazza diz que "a maioria desses processos estão à espera da certidão do IBGE para a confirmação do número mínimo de habitantes exigidos para a emancipação, o que será facilitado ao final do censo que está acontecendo, e assim estes novos municípios tenham condições de participar das eleições de 92."

Finalmente o Bloco Municipalista da Assembléia Legislativa decidiu iniciar um movimento de apoio ao Projeto de Lei de autoria do deputado federal Luís Carlos Hauly que trata da correção de uma injustiça praticada contra o Paraná, no que diz respeito à transferência de energia da Itaipu para outros Estados, com o que o Paraná perde mais de 30 milhões de dólares em arrecadação de ICMs, já que a Constituição prevê isenção aos Estados compradores, enquanto grandes empresas de outros Estados tiram proveito uma vez que incluem tal valor nos preços finais de seus produtos.

Frases

"No Paraná não ocorrerão rambiques". Do governador Roberto Requião sobre o envolvimento do deputado Max Rosenmamm (PFL) e do empresário Tony Garcia na intermediação de verbas para o Estado.

• • •

"O nosso compromisso anes de mais nada é com a democracia. Somos defensores radiais, intransigentes da ordem emocrática". Deputado federal Roberto Freire, PCB, sobre o golpe militar na URSS.

• • •

"Foi uma das pessoas mais injustiçadas da história política do nosso Estado". Deputado Colombino Grassano, PL, comentando a morte do ex-governador do Paraná, Moysés Lupion.

• • •

"Somos nós empresários que sustentamos os políticos corruptos. Portanto, não podemos ficar chorando, reclamando que tem muita corrupção no País". Do empresário Ricardo Semler, no dia que recebeu o prêmio de empresário do ano.

• • •

"O Collor foi para a África conhecer o Brasil do futuro". Deputado Antônio Delfin Netto, PDS.

Dia da Imprensa

10 de setembro

José de Paiva Netto, Presidente da Legião da Boa Vontade, parabeniza os prezados amigos e irmãos pela passagem do DIA DA IMPRENSA.

Que o carinho e ajuda que dispensarem à LBV os tornem cada vez mais felizes, lembrando sempre que, como escreveu ALZIRO ZARUR: "Deus criou o homem de tal maneira que ele só pode ser feliz praticando o bem."

Viva Jesus!

a) Dept.º de Relações Públicas da LBV

Do leitor

Indignação

Brasil. País dos políticos corruptos, 99% dos políticos brasileiros que são eleitos pelo povo inocente há muitos anos assumem os cargos para tirar proveito. Só não assumem a responsabilidade do País e do Povo.

Estes políticos deveriam ser extraditados para a Sibéria, na Rússia, para nunca mais verem o sol nascer.

Humberto Roeslen (Bubê)

EXPEDIENTE

O METROPOLITANO

Rua Benedito Soares Pinto esquina c/Barão do Rio Branco - Centro
CEP 83.600 - Campo Largo - PR
Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.
Diretor: Haroldo Wohl
Jornalista Responsável: Paulo Pedron (MTB nº 2539)
Editoria: Impressione S/C Ltda.
Diagramação, composição e arte-final: Supermídia Ltda.
Departamento Comercial:
Telefones: 292-2576
Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.

Vatapá

Sem função

Depois do que ocorreu nos últimos acontecimentos na Câmara Municipal, um cidadão influente na cidade disse que a Câmara deveria acabar com as atas. "Não tem validade alguma. As pessoas dizem, fica registrado em ata, depois negam", ponderou.

Geração saúde

Na última sessão da Câmara Municipal, os vereadores discutiram cerca de 30 minutos sobre a possibilidade ou não de se fumar dentro daquela casa. Ficou a cargo da presidência da Câmara fazer cumprir a Lei Estadual que proíbe fumar em locais fechados. A decisão atingiria 45% dos vereadores, que são fumantes.

Empurra, empurra

O vereador Raul Negrão pediu que a Câmara instale uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - para apurar as irregularidades que existem na Granja, denunciada pelo jornal"O METROPOLITANO". O presidente da Casa, vereador Darci Andreassa disse que era só o vereador Raul Negrão reunir uns vereadores para formar a tal CPI.

Equívoco

"O senhor esta equivocado. Eu não tenho poderes para nomear uma CPI. Esta é a sua atribuição presidente", disse Raul Negrão cobrando de Andreassa a instalação da CPI. No final da sessão não se soube ao certo se a CPI foi ou não montada.

(Desa) Conselho

"Não sei bem ao certo para que serve este Conselho de Trânsito que existe aqui em Campo Largo. Dizem que tem até um vereador representando a Câmara. Gostaria de saber o nome de quem está nos representando, porque até agora não vi nada de bom feito por este Conselho".

Do vereador Ary Rivabem sobre os constantes acidentes graves ocorridos na cidade.

Gasparzinho

Apesar da cobrança de Rivabem, até agora não se sabe quem é o pai da criança. Quem é o membro da Câmara em tal conselho. Pelo jeito deve se tratar de mais um desses conselhos sobrenaturais.

Perseguição

O vereador José Antônio Rossoni (PRN) questionou a Mesa da Câmara sobre a documentação que estava em poder do vereador Osvaldo Zotto, agora filiado ao PTB. Segundo Negrão não passa de perseguição política. "Como o vereador Osvaldo Zotto tinha nas mãos estas notas. Quem é que arrumou para ele. Gostaria de saber seu presidente, mas desconfio que minha pergunta não será esclarecida". É de fato não foi. Deu-se um "jeitinho" e não foi explicado de onde surgiram as notas.

À luz de velas

Um cidadão disse que ter visto o vereador Emídio Pianaro (PDT) jantando dias atrás em Curitiba com o deputado federal Max Rosenmamm (PFL) denunciado pelo governador Roberto Requião na CPI da corrupção montada no Senado Federal. O cidadão disse que tentou mas não conseguiu ouvir o que os dois estavam falando. "Falavam muito baixinho", explicou.

"Se gritar pega ladrão..."

O governador disse na CPI do Senado Federal que o empresário ex- candidato ao Senado, Tony Garcia e o deputado federal Max Rosenmamm (PFL) queriam trazer obras para o Estado mas que estas obras teriam que ser feitas pelas empreiteiras previamente escolhidas e também queriam rediscutir a participação do Paraná na construção da estrada que liga o Paraná ao litoral catarinense. Durante o depoimento do governador do Paraná, Roberto Requião, o deputado Max Ronsemamm por diversas vezes discutiu com deputados presentes. Segundo se soube, Max estava muito nervoso. Por que Será?

Chafariz real

Oxalá o príncipe regente vem visitar nossa cidade. Tinha muita gente pensando que o chafariz fosse ficar igual a Granja.

Perguntar não ofende:

O que motocross e hospital para tratamento de alcoólicos anônimos têm em comum?

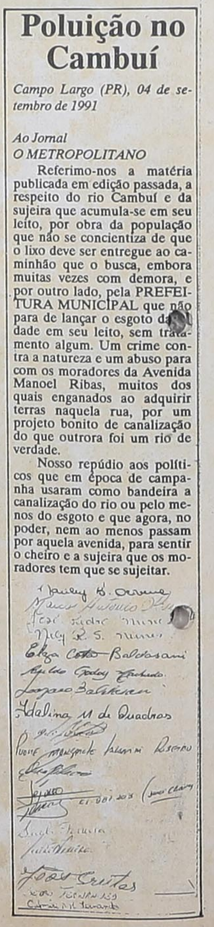
Poluição no Cambuí

Campo Largo (PR), 04 de setembro de 1991

Ao Jornal
O METROPOLITANO

Referimo-nos a matéria publicada em edição passada, a respeito do rio Cambuí e da sujeira que acumula-se em seu leito, por obra da população que não se concientiza de que o lixo deve ser entregue ao caminhão que o busca, embora muitas vezes com demora, e por outro lado, pela PREFEITURA MUNICIPAL que não para de lançar o esgoto da cidade em seu leito, sem tratamento algum. Um crime contra a natureza e um abuso para com os moradores da Avenida Manoel Ribas, muitos dos quais enganados ao adquirir terras naquela rua, por um projeto bonito de canalização do que outrora foi um rio de verdade.

Nosso repúdio aos políticos que em época de campanha usaram como bandeira a canalização do rio ou pelo menos do esgoto e que agora, no poder, nem ao menos passam por aquela avenida, para sentir o cheiro e a sujeira que os moradores tem que se sujeitar.



Perfil

"Administrar a escola é um eterno desafio"

"Administrar o Colégio Estadual Djalma Marins, que tinha uma série de problemas e transformá-lo numa escola ágil em apenas um ano". Este era o desafio de Alice Padilha de Oliveira quando aceitou o cargo de diretora do Colégio, em 1988. "Apesar de ter estabelecido um prazo de apenas um ano, quando a gente gosta do que faz e vê resultados positivos quer continuar", diz Alice que durante estes três anos fez uma verdadeira revolução na escola, conseguindo até implantar o 2.º grau.

"A vida é um eterno desafio". Com esta filosofia de vida, Alice resolveu se arriscar e aceitou a direção do Djalma Marins, que era famoso por causa dos problemas. "Muita gente chegou na minha frente e disse que pagava para ver se eu conseguia tocar a escola", conta ao lembrar que a escola enfrentava também problemas de luta interna de poder. "Foi preciso acabar com estas divergências e começar a trabalhar. Mudei todo o colégio, inclusive a decoração para que pudessemos sentir um novo astral".

Em 1988, o colégio oferecia 400 vagas para alunos de 1.º a 4.º série (de tarde) e 5.º a 8.º série (de manhã). "A escola estava estática desde a sua inauguração, em 1983, ou seja nada havia mudado durante estes cinco anos". Relacionando a falta de vagas para os alunos e a capacidade ociosa do colégio, uma vez que sobravam salas de aula nos dois turnos, já em 1989, ela conseguiu implantar de 1.º a 8.º série cem turmas de manhã e de tarde. "Precisei correr contra o tempo pois as matrículas iam começar e precisava conscientizar os pais dos alunos sobre as mudanças. E no início até os pais estavam desconfiados, pois queriam ver para crer".

A mudança implantada mexeu com toda a estrutura do colégio trazendo uma série de benefícios, como por, exemplo, a criação de uma biblioteca, que até então era um amontado de livros encostados em uma sala. "Como é que os alunos podem se desenvolver se não existe uma biblioteca onde possam consultar?" Outra providência que precisou tomar foi conseguir ônibus escolares, uma vez que a clientela de alunos da escola é formada por crianças de Itaqué Balsa Nova, e Itaqué de Cima.

Pesquisa de Campo

Vencida a primeira etapa, Alice resolveu implantar de 5.º a 8.º série no período da noite, a fim de beneficiar os que trabalham durante o dia. Porém esta fase também se tornou um desafio para ela, uma vez que não se pode simplesmente implantar as turmas e colocar professores à disposição. Antes é necessário ter certeza de que haverá clientela. No final de 1989, a diretora resolveu fazer uma pesquisa de campo, sozinha, onde pretendia verificar quantos alunos estavam interessados em estudar à noite.

"Obtive de resposta que aproximadamente 500 alunos estavam interessados e de princípio conseguiria fechar duas turmas", relata a diretora ao explicar porém, que em 1990 conseguiu apenas uma turma de 48 alunos. "O povo é muito cauteloso e esperou para ver os resultados". Ciente deste pensamento da população, ela resolveu apostar ainda assim no turno da noite e este ano já conta com três turmas neste período.

2.º Grau

"Quando aceitei a direção pretendia também implantar o 2.º grau na escola", diz Alice ao recordar todo o processo agilizado no ano passado para poder implantar o curso profissionalizante de Técnico em Cerâmica" que só existe em Santa Catarina e São Paulo. Segundo Alice no ano passado, descobriu que havia uma verba de Cr$ 5 milhões na Secretaria Estadual de Educação, destinada a Campo Largo, para que fosse criado um curso profissionalizante na cidade.

"Conversei com o pessoal da Secretaria em agosto e me disseram que precisava entregar um projeto até setembro para conseguir a verba e num processo bastante ágil consegui entregar o projeto em 18/09/90".

Apesar de ter entregue na data, o projeto não foi liberado a tempo uma vez que a Secretaria da Educação estava fazendo confusão. É que nesta mesma época a Prefeitura de Campo Largo estava implantando a Escola de Cerâmica, que tem a finalidade do aprendizado apenas e não a profissionalização em nível de 2.º grau. "Expliquei na Secretaria que eram cursos diferenciados e no final do ano o curso foi liberado, mas a verba até hoje não veio". Apesar das dificuldades financeiras, resolveu apostar no curso pois vai beneficiar os alunos que já trabalham em cerâmica e que precisam da capacitação técnica. "Se não conseguir verba do governo vou tentar alguma doação empresarial pois precisamos agilizar.

Desafios

"O que eu gosto mesmo de fazer é de inovar", diz Alice que está pronta para aceitar novos desafios. Antes de trabalhar na área educacional, atuou como secretária de uma empresa particular. Em 1975, quando passou no concurso da Prefeitura passou a atuar como secretária escolar. Como não tinha curso de magistério, frequentou um curso especial e em 1978 passou no concurso do Estado. Na realidade Alice atuou como professora apenas durante dois anos, pois afirma que não gosta de ficar trancada em uma sala de aula. "Gosto de mexer com o povo. De ver a reação perante os resultados". Para ela o mais gratificante para quem atua na área educacional é quando os pais dos alunos dizem: "Diretora foi muito bom este ano em que meu filho esteve na escola, pois ele aprendeu muito".

CPI da corrupção vai adotar cadastro nacional de obras

A proposta do governador Roberto Requião para a criação de um Cadastro Nacional de Obras Públicas vai constar da lista de sugestões que serão apresentadas pelo Senado ao final dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI -, que investiga denúncias de envolvimento do deputado federal Max Rosenmamm (PFL) e do empresário e candidato derrotado ao Senado Tony Garcia (PRN) em tentativa de intermediação de verbas federais para obras no Paraná. O Senador Juthay Magalhães do PSDB da Bahia, que preside a CPI, garante que ela estará concluída até o final de novembro.

O senador elogiou a atuação do governador Roberto Requião, que vem desfraldando com coragem a bandeira da moralidade na administração pública. "Essa é uma das razões que o colocam, nesta semana, como o segundo governador mais popular do País. Hoje, a população procura um político com moral para empunhar a bandeira contra a corrupção. Há alguns que a empunham, no momento, mas o passado os compromete. Esses podem disputar o troféu "cara-de-pau", ironizou Juthay.

Moralizando

Entre os primeiros resultados positivos desta CPI, o senador apontou a decisão do Tribunal de Contas da União de determinar o fim dos editais de licitação com preços acultos, com controle dirigidos. "Foi a primeira vitória desta Comissão para evitar que fatos semelhantes e nocivos à sociedade brasileira continuem a acontecer", ressaltou. Apesar desse avanço, o senador Magalhães não tem ilusões. Ele afirma que "para a concretização de medidas moralizadoras é preciso haver interesse e vontade política". Ele confessa que a Comissão Parlamentar de Inquérito encontrou indícios de fatos irregulares que não deveriam ocorrer. "Mas, são fatos que dificilmente poderão ser comprovados. Por isso, queremos a ajuda de todos que possam apontar dados concretos e os culpados", enfatizou.

Max Rosenmamm, que está sendo denunciado por corrupção.

Requião rompe monopólio de seguros e o Estado economiza com licitações

Requião: economia de Cr$ 50 milhões por mês com seguros

Há dois meses o governador Roberto Requião colocou um fim numa autêntica sangria dos cofres públicos. Através de decreto, acabou com o monopólio sobre as operações de seguros do patrimônio do Estado, imposto pelo Bamerindus, por intermédio da Paraná Companhia de Seguros, durante dez anos. "Essa prática permitia ao Bamerindus cobrar preços 40% superiores aos de mercado", acusou o governador, lembrando que o resultado era que o Estado do Paraná pagava o preço máximo da tabela de seguros.

Com o fim do monopólio, o Governo passou a contratar seguradoras por meio de concorrência pública. Com isso, até mesmo a própria Paraná Seguros ganhou o direito de segurar a Biblioteca Pública por um preço 50% inferior ao que cobrava antes do fim daquela exclusividade. Nas concorrências, a Banestado Corretora de Seguros, que passou ter a responsabilidade de licitar os seguros dos órgãos públicos, tem conseguido descontos de até 61% sobre o preço do prêmio tarifário.

A nova determinação do governador Requião veio provar, ao longo do período, o acerto da medida. Uma projeção feita pela Banestado Corretora indicou que a economia do Governo vem sendo em média de Cr$ 50 milhões ao mês, com grandes variações entre os meses. "Parte do patrimônio público que acabou sendo transferido para o Bamerindus, para ser aplicado em bens do banco e do senhor Andrade Vieira, não vai mais ser repassado. "Isso acabou", afirma o governador.

O monopólio concedido à Paraná Seguros era justificado pela participação, ainda que em pequena escala, do Banestado no seu capital (a sociedade inclui o Bamerindus como acionista majoritário e o Grupo Colônia Nordstern). Mas, o Bamerindus se beneficiou também dos serviços e do patrimônio do Banestado. Como a Paraná Seguros trabalhava com limites de negócios reduzidos, grande parte das operações contratadas pelo Banestado na iniciativa privada era transferida para as duas outras empresas que compõem a sociedade. "Pois bem, nesse negócio ao Banestado cabia apenas os seguros de alto risco e que resultavam em prejuízo", recordou Requião, acrescentando que "o Estado não podia ficar a reboque de banqueiros como se fosse uma extensão de seus negócios".

SUPERMERCADO DRUZIKI
Anexo: Ferragens, sementes em geral
Rações Cargil - "Linha Geral"
Matriz: Getúlio Vargas, 778 - Fone: 292-1093
Filial: Av. Porcelana, 267 - Fone: 292-1833
Campo Largo - Paraná

CAMISARIA AVENIDA
CONFECÇÕES EM GERAL
Matriz: R. Barão do Rio Branco, 1.141 - F: 292-2392 (ao lado da Igreja Matriz)
Filial: XV de Novembro, 2.342 - Fone: 292-4496
Filial II: R. Carlos Cavalcanti, 61 - F: (041) 842-1582 Araucária
AGRADECEMOS A PREFERÊNCIA

Curso e Colégio Sigma
O MELHOR ENSINO DA CIDADE
ESTUDE BEM PAGANDO MENOS
LOCALIZAÇÃO CENTRAL
ÓTIMA EQUIPE DE PROFESSORES
EFICIÊNCIA COMPROVODA
CONVÊNIO COM O POSITIVO
(APOSTILAS E MATERIAL DIDÁTICO)
-RESERVAS DE VAGAS PARA 1992-
Informações na Secretaria do Colégio Sigma.
Rua Eng.º Tourinho, 1060
Fone: 292-3871
Campo Largo - PR.

ACERVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR